



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PGA nº 51.642/2018 — DECISÃO — 01/10/2018

Procedimento de Gestão Administrativa nº 51.642/2018

DECISÃO

Trata-se de consulta formulada por PRISCILA PIRES, Técnica do MPRN, a pedido do Promotor de Justiça da Comarca de Martins, em 01/08/2018, indagando sobre a contabilização das manifestações ministeriais no sistema Pje, em especial:

[...] O processo judicial eletrônico deve ser registrado no MPVirtual da mesma forma que o processo físico? Ou será feito um relatório específico para o Pje, uma vez que as manifestações podem ser feitas diretamente no sistema Pje?

É o que importa relatar.

Embora não haja previsão, no Regimento Interno da Corregedoria-Geral (art. 42, II, do RICG), de resposta formal a consulta direta formulada por servidor do Ministério Público, considerando a afirmação de que a consulta é feita a pedido do Promotor de Justiça da Comarca de Martins, recebo a consulta e procedo à devida resposta.

Conforme a Resolução Conjunta nº 002/2015-PGJ/CGMP/RN, que "institui o sistema de registro e gestão dos processos e procedimentos eletrônicos no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte – MPRN, denominado MP Virtual, e dá outras providências",

Art. 1º Fica instituído o sistema de registro e gestão dos processos e procedimentos eletrônicos no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, denominado MP Virtual.

Parágrafo único. O sistema será gerido pela Procuradoria-Geral de Justiça e **abrangerá, de forma integral**, os registros e movimentações dos atos e procedimentos extrajudiciais em tramitação em todos os órgãos de execução do Ministério Público,



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PGA nº 51.642/2018 — DECISÃO — 01/10/2018

bem como os dados, registros e manifestações ministeriais em processo judiciais, a partir da sua respectiva implantação.

Art. 2º O MP Virtual compreenderá:

I – o controle da tramitação dos processos e procedimentos;

II – a padronização de todos os dados e informações compreendidos nos processos e procedimentos, conforme taxonomia descrita nas tabelas unificadas estabelecidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público e pela Comissão de Taxonomia do MPRN;

III – a produção, o registro e a publicidade dos atos processuais e procedimentais;

IV – o armazenamento de dados essenciais à gestão das informações necessárias aos diversos órgãos de supervisão, administração e controle do Ministério Público do Rio Grande do Norte, com respeito ao sigilo dos conteúdos, nos casos previstos no ordenamento jurídico.

[...]

Art. 4º A partir da implantação do MP Virtual nas unidades do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, somente será permitida a instauração e movimentação de notícias de fato e procedimentos extrajudiciais, inclusive os de natureza sigilosa, mediante a utilização do sistema, devendo nele ser registrados todos os procedimentos extrajudiciais, os processos judiciais com participação do Ministério Público, inclusive os que tramitam em sistemas eletrônicos, bem como o atendimento ao público, de acordo com as tabelas unificadas de classes, assuntos e movimentos já constantes do sistema.

§ 1º No caso de feitos sigilosos, é facultada ao Membro a não inserção do conteúdo dos atos praticados, os quais serão lançados em autos físicos vinculados aos autos eletrônicos, permanecendo obrigatório o lançamento das movimentações respectivas no sistema bem como a utilização, nos documentos físicos, dos respectivos números gerados pelo MP Virtual; [...] (grifos acrescidos).

Dessa forma, considerando que, a partir da implantação do MP Virtual, o referido sistema se torna o mecanismo oficial de registro dos procedimentos e processos com atuação do Ministério Público, e que a Resolução Conjunta nº 002/2015-PGJ/CGMP é expressa quanto ao dever de registro dos processos judiciais com participação do Ministério Público, “inclusive os que tramitam em sistemas eletrônicos”; e tendo em vista ainda que, sendo meio oficial de registro da atuação ministerial, sua utilização se torna obrigatória pelos membros do Ministério Público, ao passo que a coleta das informações sobre a atuação da Promotoria, pela



MPRN

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

PGA nº 51.642/2018 — DECISÃO — 01/10/2018

Administração Superior, é feita a partir dos relatórios e outros dados disponíveis no sistema MP Virtual, responde-se à consulta informando que o processo judicial eletrônico deve ser registrado também no MP Virtual, tal como se dá com os processos físicos, cabendo à Promotoria, ademais, observar as demais disposições constantes da Resolução Conjunta nº 002/2015-PGJ/CGMP/RN.

Dê-se ciência ao Exmo. Sr. Promotor de Justiça da Comarca de Martins, encaminhando-se cópia desta decisão para o e-mail institucional do membro ministerial e o da unidade.

Desentranhe-se a fl. 03 (cópia do Ofício nº 59/2018, da 14ª PmJ de Mossoró, comunicando suspeição por motivo de foro íntimo em processo de Execução Penal) e junte-se ao prontuário funcional do referido Promotor de Justiça, uma vez que não diz respeito ao objeto dos presentes autos e nem apresenta elementos que apontem necessidade de apuração em apartado.

Após, **dê-se baixa** no procedimento e **remetam-se** os autos ao arquivo.

Natal, 01 de outubro de 2018


Anísio Marinho Neto
Corregedor-Geral do MPRN